

Renault do Brasil
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da Renault do Brasil S.A.

São José dos Pinhás - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Veja a Nota 7 (c) e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Parte substancial da receita da Companhia é proveniente da venda direta de veículos para clientes finais, cujas receitas são reconhecidas quando o seu controle é transferido ao cliente. A transferência de controle se dá no momento em que os veículos são entregues, e aceitos, aos clientes finais, ou quando são aceitos e estão disponíveis para retirada no pátio da Companhia. Em razão da relevância dos valores envolvidos e da necessidade de manutenção de controles internos efetivos para identificar o momento em que o cliente obtém o controle do veículo, existe o risco de reconhecimento antecipado de receita e, em especial, ao final do período de fechamento contábil. Desta forma, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) obtenção de entendimento do fluxo de reconhecimento de receita de vendas diretas de veículos; (ii) avaliação do desenho e efetividade dos controles internos, determinados pela Administração da Companhia, para prevenir e detectar inconsistências no reconhecimento de receitas provenientes de tais transações; (iii) seleção de transações de vendas ao longo do exercício, com base em amostragem, e confronto com a respectiva documentação suporte com o objetivo de verificar a existência, integridade e precisão de tais transações; (iv) obtenção de confirmação, junto aos clientes referentes as vendas diretas, de que os riscos e benefícios provenientes da compra de tais veículos foram, efetivamente, transferidos a estes na data do encerramento do exercício; (v) execução de procedimentos analíticos substantivos para as receitas reconhecidas no exercício por meio da comparação do desempenho da Companhia com dados observáveis e indicadores de mercado disponíveis.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e divulgação da receita líquida, os quais não foram acatados pela Administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a receita líquida de vendas diretas de veículos reconhecida no exercício é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Provisão para contingências

Veja a Nota 7 (n) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Conforme descrito na nota explicativa 23, a Companhia mensura e reconhece uma provisão para contingência baseado nas premissas de probabilidade e magnitude das saídas de recursos e com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. A Companhia está envolvida em ações de natureza tributária, cível e trabalhistas que totalizam R\$ 1.584.591 mil, os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco de perda possível, além de outras ações, de mesma natureza, consideradas como de risco de perda provável no montante de R\$ 607.004 mil.

Devido ao grau de julgamento exercido pela Companhia, suportado por seus assessores jurídicos externos, na avaliação dessas estimativas, à relevância dos montantes envolvidos, a complexidade na avaliação e mensuração, a definição do momento para o reconhecimento, bem como o impacto que um resultado desfavorável em tais processos poderia acarretar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente. Para as causas com valores julgados relevantes, avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas jurídicos, a determinação do risco de perda e do valor estimado.

Nossos testes revelaram deficiências no desenho e efetividade operacional dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, solicitando a confirmação de 100% dos processos com os assessores jurídicos da Companhia e cruzando as informações para o controle mantido pelo departamento jurídico interno, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas a Provisões e Passivos Contingentes e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 18 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Renault do Brasil S.A.

Balços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado			Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.460.503	2.096.717	1.505.631	2.212.587	Fornecedores	17	1.966.031	1.568.033	2.010.835	1.626.367
Clientes	10	801.193	521.327	843.608	565.823	Emprestimos e financiamentos	18	1.612.707	1.988.619	1.612.706	1.989.882
Estoques	11	816.095	829.625	922.384	907.283	Arrendamentos a pagar	18	2.927	-	4.324	-
Impostos a recuperar	12	345.643	239.960	365.854	274.186	Debêntures	18	25.039	100.280	25.039	100.280
Despesas antecipadas		15.844	45.045	15.844	45.045	Obrigações tributárias	20	275.304	235.651	285.909	245.471
Outros ativos circulantes	13	442.702	280.225	366.931	172.031	Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.112	60.266	5.629	81.158
						Obrigações sociais e previdenciárias		322.020	306.294	325.948	309.610
						Empresas ligadas - royalties e juros sobre capital próprio	19	134.958	56.433	144.735	59.856
		3.881.980	4.012.899	4.020.252	4.176.955	Provisões comerciais		114.798	69.361	114.798	69.361
Não circulante						Dividendos a distribuir		17.957	16.806	17.957	16.806
Depósitos judiciais	23	470.378	450.831	470.412	450.865	Provisões para garantia	71	117.073	116.626	117.073	116.626
Impostos diferidos	22	84.387	84.387	104.933	104.551			4.589.926	4.518.369	4.664.953	4.615.417
Impostos a recuperar	12	237.709	206.079	238.150	206.520	Passivo não circulante					
						Emprestimos e financiamentos	18	102.821	421.741	102.821	593.668
		792.474	741.297	813.495	761.936	Arrendamentos a pagar	18	10.356	-	180.887	-
Investimentos	14	58.822	67.501	6	6	Debêntures	18	-	25.000	-	25.000
Imobilizado	15	2.992.288	2.890.576	3.140.117	3.044.967	Provisão para contingências	23	605.321	443.554	607.004	445.034
Intangível	16	9.579	14.414	9.579	14.504	Provisão para garantia	71	156.664	129.673	156.664	129.675
		3.060.689	2.972.491	3.149.702	3.059.477	Obrigações tributárias	20	124.102	145.002	124.102	145.002
						Outros passivos		1.332	888	1.331	888
								1.000.596	1.165.858	1.172.809	1.339.267
						Total do passivo		5.590.522	5.684.227	5.837.762	5.954.684
						Patrimônio líquido					
						Capital social	21	2.393.893	2.393.893	2.393.893	2.393.893
						Reservas de subvenção	21	1.230.366	995.076	1.230.366	995.076
						Prejuízos acumulados		(1.479.638)	(1.346.508)	(1.479.638)	(1.346.508)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.144.621	2.042.461	2.144.621	2.042.461
						Participação de não controladores		-	-	1.066	1.223
						Total do patrimônio líquido		2.144.621	2.042.461	2.145.687	2.043.684
Total do ativo		7.735.143	7.726.687	7.983.449	7.998.368	Total do passivo e do patrimônio líquido		7.735.143	7.726.687	7.983.449	7.998.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	26	13.012.638	12.871.527	13.310.192	13.186.346
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	(11.112.709)	(10.900.000)	(11.304.913)	(11.083.862)
Lucro bruto		<u>1.899.929</u>	<u>1.971.527</u>	<u>2.005.279</u>	<u>2.102.483</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	27	(1.070.827)	(972.854)	(1.098.069)	(985.761)
Provisão para perdas de créditos esperadas	27	(690)	(10.517)	(1.373)	(11.218)
Gerais e administrativas	27	(957.407)	(880.845)	(1.023.248)	(942.093)
Resultado de equivalência patrimonial	14	8.920	47.167	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	28	583.032	347.890	602.649	373.963
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		<u>462.957</u>	<u>502.368</u>	<u>485.238</u>	<u>537.375</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	667.421	1.039.668	671.953	807.680
Despesas financeiras	29	(1.036.153)	(1.207.409)	(1.059.617)	(992.232)
Variação cambial, líquida	29	(8.346)	69.899	(6.642)	74.946
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>85.879</u>	<u>404.526</u>	<u>90.932</u>	<u>427.769</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(1.112)	(60.266)	(6.313)	(84.024)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	(9.226)	381	(7.821)
Lucro líquido do exercício		<u>84.767</u>	<u>335.034</u>	<u>85.000</u>	<u>335.924</u>
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores:		84.767	335.034	84.767	335.034
Acionistas não controladores:		-	-	233	890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	84.767	335.034	85.000	335.924
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>84.767</u>	<u>335.034</u>	<u>85.000</u>	<u>335.924</u>
Lucro atribuível a:				
Acionistas controladores:	84.767	-	84.767	335.034
Acionistas não controladores:	-	#	-	-
			233	890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Atribuível ao acionista controlador					Total	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Reserva para subvenção de investimentos	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Reserva de lucros			
Saldos em 1 de janeiro de 2018		2.393.893	715.790	51.309	(1.535.386)	99.214	1.724.820	846	1.725.666
Lucro líquido do exercício		-	-	-	335.034	-	335.034	890	335.924
Constituição de subvenção para investimento	21	-	279.286	-	(279.286)	-	-	-	-
Absorção de prejuízo fiscal	21	-	-	-	99.214	(99.214)	-	-	-
Absorção reserva legal para prejuízo fiscal	21	-	-	(51.309)	51.309	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(17.393)	-	(17.393)	-	(17.393)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela controlada	14	-	-	-	-	-	-	(478)	(478)
Juros sobre capital próprio distribuídos em 2018 pela controlada	14	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.393.893	995.076	-	(1.346.508)	-	2.042.461	1.223	2.043.684
Lucro líquido do exercício		-	-	-	84.767	-	84.767	233	85.000
Reserva de subvenção de investimentos	21	-	235.290	-	(235.290)	-	-	-	-
Reversão juros sobre capital próprio de 2018	21.a	-	-	-	17.393	-	17.393	-	17.393
Dividendos e juros sobre capital próprio	14	-	-	-	-	-	-	(319)	(319)
Juros sobre capital próprio distribuídos em 2019 pela controlada	14	-	-	-	-	-	-	(71)	(71)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.393.893	1.230.366	-	(1.479.638)	-	2.144.621	1.066	2.145.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		84.767	335.034	85.000	335.924
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15 e 16	438.264	460.124	439.907	466.890
Depreciação de direito de uso	15 e 27	3.231	-	8.240	-
Realização de ajuste a valor presente	20	2.826	3.326	2.826	3.325
Provisão para perdas de créditos esperadas	10	(2.089)	10.517	(5.255)	11.218
Provisão para perdas nos estoques	11	4.708	(12.915)	5.033	(13.280)
Equivalência patrimonial	14	(8.920)	(47.167)	-	-
Provisão para contingências	23	25.315	91.623	25.518	91.114
Provisões Abrare	23	136.452	-	136.452	-
Provisão para garantia		27.438	62.448	27.436	62.447
Provisões comerciais		45.437	(31.963)	45.437	(31.963)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	23 e 29	(12.828)	(120.301)	(12.828)	(120.301)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	28	(35.062)	(44.745)	(35.062)	(44.745)
Impostos de renda e contribuição social correntes	22	1.112	60.267	6.313	84.024
Impostos de renda e contribuição social diferidos	22	-	9.226	(381)	7.821
Juros sobre arrendamento a pagar	18	1.422	-	20.044	-
Juros e variação cambial não realizada	18	156.788	158.547	156.788	154.666
		868.861	934.021	905.468	1.007.140
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes	10	(277.777)	348.518	(272.530)	392.056
Estoques	11	8.822	36.597	(20.134)	41.315
Impostos a recuperar	12	(210.192)	56.332	(196.177)	38.843
Depósitos judiciais	23	(6.719)	(58.922)	(6.719)	(58.941)
Despesas antecipadas		29.201	43.500	29.201	43.500
Outros ativos		(184.878)	(55.194)	(194.900)	(29.466)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	17	306.057	38.557	292.527	(33.007)
Obrigações tributárias	20	106.199	38.226	106.984	7.822
Outros passivos		35.581	30.638	20.578	33.405
Impostos pagos sobre o lucro		-	2.333	-	20.022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>675.155</u>	<u>1.414.606</u>	<u>664.298</u>	<u>1.462.689</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(578.156)	(639.607)	(722.507)	(639.990)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		40.000	26.365	-	-
Recebimento na liquidação de <i>swap</i>	18	145.708	195.412	145.708	195.412
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado		<u>182.695</u>	<u>196.533</u>	<u>327.046</u>	<u>196.533</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(209.753)</u>	<u>(221.297)</u>	<u>(249.753)</u>	<u>(248.045)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Obtenção de empréstimos	18	2.785.318	1.885.278	2.785.318	1.885.278
Pagamentos de empréstimos	18	(3.785.592)	(2.592.546)	(3.786.856)	(2.593.689)
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	18	(4.047)	-	(5.310)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	18	<u>(97.295)</u>	<u>(111.021)</u>	<u>(114.653)</u>	<u>(111.021)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(1.101.616)</u>	<u>(818.289)</u>	<u>(1.121.501)</u>	<u>(819.432)</u>
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(636.214)</u>	<u>375.020</u>	<u>(706.956)</u>	<u>395.212</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	2.096.717	1.721.697	2.212.587	1.817.375
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	<u>1.460.503</u>	<u>2.096.717</u>	<u>1.505.631</u>	<u>2.212.587</u>
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(636.214)</u>	<u>375.020</u>	<u>(706.956)</u>	<u>395.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Renault do Brasil S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Renault, 1.300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma companhia anônima de capital fechado e parte integrante do Grupo Renault, com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotores de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças de reposição.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (“Grupo”) que tem por objeto social a comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault.

Endividamento

A Administração da Companhia mantém o plano de investimento estabelecido para 2019, que contempla aquisição de máquinas e equipamentos e modernização de capacitário, para lançamento de novos veículos, entre outros. Em 2019, a Companhia reduziu endividamento e obteve linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas não somente em função da queda da taxa de básica de juros, mas também em decorrência de grande esforço nas negociações com bancos. Para 2020 a Companhia projetou a geração de caixa operacional e redução ainda mais do seu nível de endividamento junto aos bancos comerciais. Entretanto, recentes acontecimentos ligados a pandemia COVID-19 levou a Renault do Brasil à implementar medidas de contenção de gastos, preservação de caixa e aumento da liquidez.

Apesar das incertezas sobre os possíveis efeitos futuros nas demonstrações financeiras e/ou sobre as estimativas contábeis, estamos tomando todas as medidas possíveis para preservação de nossos colaboradores, negócios e operações.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia e sua controlada, foram discutidas e aprovadas por seus controladores.

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Referidas transações são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e de capital do Grupo Renault.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento, bem como sua classificação; e
- **Nota explicativa 7 c** - reconhecimento de receita: se a receita de venda de produtos e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7 c** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- **Nota explicativa 7 n**: reconhecimento e mensuração de provisão para garantia, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota explicativa 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- **Nota explicativa 15** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas notas explicativa 30 - instrumentos financeiros.
- Conforme descrito na nota explicativa 7.e, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- A nota explicativa 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Grupo adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7 (o).

Na transição para o CPC 06 (R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06 (R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.
- O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC06 (R1). Em particular:
 - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
 - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
 - excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
 - utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1)

O Grupo arrenda diversos equipamentos de produção. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2), o Grupo reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial na adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019:

Efeito do CPC 06 no balanço patrimonial em					
	Ativo			Passivo	
	01/01/2019	31/12/2019		01/01/2019	31/12/2019
Circulante	-	-	Circulante	2.834	2.927
			Passivos de arrendamentos	2.834	2.927
Não circulante	15.908	12.678	Não circulante	13.074	10.356
Direito de uso dos ativos	15.908	15.908	Passivos de arrendamentos	13.074	10.356
Depreciações	-	(3.230)			
	-	-	Patrimônio líquido	-	(3.367)
	-	-	Resultados acumulados	-	(3.367)
	-	-		-	-
Total	15.908	12.678	Total	15.908	9.916

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos a valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício bem como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, que são alocados no “Resultado Financeiro”. A taxa média ponderada aplicada é de 10,132% ao ano.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário (veja também nota explicativa 5).

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pela controladora.

Na consolidação das demonstrações financeiras, foi eliminada a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas entre as empresas. A participação dos acionistas não controladores é apresentada destacadamente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os lucros não realizados, referentes às vendas de peças de reposição e acessórios da controladora para a sua controlada, não foram considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas devido à irrelevância do valor envolvido.

(i) Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

- (iii) **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**
Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o investimento em controlada é contabilizado com o uso desse método.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Venda de veículos	Os clientes obtêm controle do veículo no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas em suas dependências, ou quando são aceitas e estão disponíveis para retirada no pátio da Companhia. Nenhum desconto é concedido posteriormente a venda, tampouco existem programas de fidelidade na empresa.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Serviços prestados	O Grupo realiza serviços de engenharia nos projetos do Grupo mundial, e, as faturas de serviço são emitidas mensalmente conforme horas mensuradas.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional é reconhecida no resultado como ‘Outras Receitas’ quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como ‘Outras Receitas e Despesas operacionais (líquidas)’, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como ‘Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)’ em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.
- O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Edifícios 40 anos
- Máquinas e equipamentos 3-12 anos
- Móveis e utensílios 5-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- marcas e patentes 3-20 anos
- custos de desenvolvimento capitalizados 2-5 anos
- carteira de clientes 4-5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l. Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

n. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A Companhia oferece garantia de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estimativas, tomando como parâmetro, médias históricas dos gastos incorridos, de acordo com as análises realizadas pelo departamento de garantia, as quais são revisadas anualmente.

(ii) *Provisão para contingências*

É constituída com base na avaliação efetuada pelos consultores jurídicos e pela Administração da Companhia das prováveis perdas com os processos judiciais, deduzida do saldo de depósitos judiciais, quando existentes.

(iii) *Provisões comerciais*

Referem-se, principalmente, a provisões com comissões e bônus concedidos para a comercialização de veículos, de acordo com análises efetuadas pelo departamento comercial, as quais são revisadas anualmente.

o. *Arrendamentos*

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram apresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início do contrato, O Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º. de janeiro de 2019.

(i) *Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

(ii) *Arrendamentos de ativos de baixo valor e curto prazo*

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

(i) *Como arrendatário*

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	9.624	62	9.671	70
Aplicações financeiras	<u>1.450.879</u>	<u>2.096.655</u>	<u>1.495.960</u>	<u>2.212.517</u>
	<u>1.460.503</u>	<u>2.096.717</u>	<u>1.505.631</u>	<u>2.212.587</u>

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por aplicações em fundo de investimento (CDB, Compromissadas e Debêntures) com liquidez diária e por Letras de Câmbio, todos referenciados em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) com rentabilidade entre 98 % e 101% (96% e 102% em 2018).

10 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes nacionais				
Terceiros	43.082	40.447	66.823	69.988
Partes relacionadas (nota explicativa 19)	18.733	36.803	7.249	22.176
Clientes estrangeiros				
Terceiros	37.845	23.382	36.057	29.477
Partes relacionadas (nota explicativa 19)	716.957	438.208	749.317	465.275
	816.617	538.840	859.446	586.916
Provisão para perda de créditos esperadas	(15.424)	(17.513)	(15.838)	(21.093)
Contas a receber, líquido	801.193	521.327	843.608	565.823

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	(17.513)	(6.996)	(21.093)	(9.876)
Adições	(393)	(11.645)	(1.109)	(12.345)
Baixas	2.482	1.128	6.364	1.128
Saldo no final do exercício	(15.424)	(17.513)	(15.838)	(21.093)

O período médio de recebimento na venda de produtos foi de 20 dias em 2019 (22 dias em 2018).

As contas a receber de partes relacionadas (nacional e estrangeiro) inclusas nos valores acima totalizam R\$ 735.690 em 2019 (R\$ 475.011 em 2018) e estão apresentadas na nota explicativa 19.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos a vencer	430.333	332.998	424.524	353.255
Créditos em atraso até 30 dias	63.862	39.567	72.661	43.468
Créditos em atraso de 31 a 90 dias	38.702	10.433	45.438	12.141
Créditos em atraso de 91 a 120 dias	7.376	33.511	9.251	37.238
Créditos em atraso acima de 120 dias	276.344	122.331	297.572	140.814
	816.617	538.840	859.446	586.916

Os créditos em atraso há mais de 120 dias são, substancialmente, mantidos com partes relacionadas, cujo recebimento será realizado mediante disponibilidade de caixa de tais partes, bem como a liberação para a remessa de recursos financeiros pelas entidades governamentais dos respectivos países.

A Companhia efetua a análise de perdas esperadas no grupo de contas a receber, conforme política abaixo.

a. Política vigente de provisão para perdas de créditos esperadas

A redução das contas a receber passa a abranger dois níveis:

- a imparidade com base nas perdas incorridas (inalteradas): reconhecimento de perdas realizadas em dívidas duvidosas, comprometidas ou incobráveis, identificadas individualmente; e
- a imparidade das perdas esperadas em recebíveis saudáveis (novo), sem incidentes de pagamento até à data.

A taxa aplicada de perda esperada em 31 de dezembro de 2019 foi de 0,82%, e o impacto foi de R\$ 639 (R\$ 701 em 2018).

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Veículos	114.934	172.270	114.934	172.270
Motores	39.673	32.418	39.673	32.418
Componentes para fabricação	590.524	553.989	590.524	553.989
Peças de reposição	23.709	17.199	138.162	102.697
Material de consumo e reposição	95.910	97.696	95.911	97.696
(-) Provisão para perdas nos estoques	<u>(48.655)</u>	<u>(43.947)</u>	<u>(56.820)</u>	<u>(51.787)</u>
	<u>816.095</u>	<u>829.625</u>	<u>922.384</u>	<u>907.283</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	(43.947)	(56.862)	(51.787)	(65.067)
Adições	(25.012)	(51.821)	(27.223)	(51.821)
Baixas	20.304	64.736	22.190	65.101
Saldo no final do exercício	<u>(48.655)</u>	<u>(43.947)</u>	<u>(56.820)</u>	<u>(51.787)</u>

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração. Caso a potencial perda não seja a mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social antecipados IRRF	93.630	74.903	105.247	85.615
ICMS a recuperar	1.998	128.407	1.998	146.608
IPI a recuperar	6.331	13.148	6.332	13.148
PIS/COFINS a compensar	78	6.815	7.392	12.128
Créditos de PIS e COFINS (a)	201.826	-	201.826	-
Outros impostos	41.780	16.687	43.059	16.687
	<u>345.643</u>	<u>239.960</u>	<u>365.854</u>	<u>274.186</u>
Não circulante				
ICMS a recuperar	237.096	203.528	237.538	203.969
PIS/COFINS a compensar	51	73	51	73
Outros impostos	562	2.478	562	2.478
	<u>237.709</u>	<u>206.079</u>	<u>238.150</u>	<u>206.520</u>
	583.352	446.039	604.004	480.706

Os valores de impostos a recuperar estão sendo recuperados no curso normal dos negócios.

- (a) Em 01/02/2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado da decisão favorável do 2ª. instância pelo TRF 4ª. região em sua ação nº 5045724-22.2012.4.04.7000 sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS contida na receita de vendas relativo ao período de 08/2003 a 06/2008. Em decorrência dessa decisão foi registrado o valor de R\$ 269.116 em contrapartida de “Outras receitas operacionais” (nota 28). Do valor total registrado, a Companhia já realizou até 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 72.879. Não se sabe se será possível utilizar o crédito durante o ano de 2020, pois o assunto foi retirado da Pauta do Governo devido a Covid-19.

Concomitantemente, foi constituída uma provisão para pagamento à ABRARE (Associação Brasileira de Concessionários Renault) no valor de R\$ 98.292 referente ao acordo assinado entre as partes concedendo às concessionárias parte do valor efetivamente recuperado. Esta provisão está registrada na rubrica de “Provisões para contingências”, no passivo circulante.

Os efeitos dessa transação no momento do registro do crédito e da constituição de provisão da Abrare no resultado da Companhia podem ser resumidos como segue:

	Valor	Impacto Resultado
Registro do crédito na data do trânsito em julgado	269.116	Outras receitas e despesas operacionais (receita)
Atualização monetária crédito tributário	5.155	Resultado financeiro (receita)
Constituição provisão Abrare na data do trânsito em julgado	98.292	Outras receitas e despesas operacionais (despesa)
Atualização monetária da provisão Abrare	1.883	Resultado financeiro (despesa)
Total	174.096	Impacto líquido no resultado

13 Outros ativos circulantes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	13.909	6.995	13.928	6.995
Adiantamentos a colaboradores	145.006	151.430	146.078	152.611
Dividendos e JCP a receber (nota explicativa 19)	94.006	112.959	-	-
Outros (i)	189.780	8.841	206.925	12.425
	442.702	280.225	366.931	172.031

- (i) O aumento do saldo no ano de 2019 deve-se basicamente aos saldos recebidos do mercado externo no final do ano e ainda não nacionalizados.

14 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Renault do Brasil Com. e Participações Ltda.	58.822	67.501	-	-
Outros investimentos	-	-	6	6
	58.822	67.501	6	6

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía 98,22% de participação no capital social da Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (“RBCP”), empresa que se dedica à comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos.

Em 2019 a controlada RBCP distribuiu juros sobre capital próprio (JSCP) e dividendos no montante de 319 (R\$ 478 em 2018) que foram destinados aos acionistas não controladores. Da mesma forma, foi constituída provisão de JSCP sobre o resultado no valor de R\$ 3.942 para Renault do Brasil S/A e R\$ 71 para Renault SAS.

Abaixo segue informações sobre o investimento na RBCP:

	2019	2018
Total do ativo	401.133	451.922
Total do passivo	341.245	383.198
Receita líquida total	595.314	536.909
Patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro	59.888	68.724
Participação no capital social	98,22%	98,22%
Saldo do investimento	58.822	67.501
Lucro líquido do exercício da controlada	9.082	50.014
Receita de equivalência patrimonial reconhecida no exercício	8.920	47.167
Lucro dos acionistas não controladores	233	890

Abaixo segue a movimentação do saldo de investimentos:

	2019	2018
Saldo inicial do investimento	67.501	46.699
Equivalência patrimonial	8.920	47.167
JSCP e dividendos distribuídos referente a anos anteriores	(17.599)	(26.365)
Saldo final do investimento	58.822	67.501

15 Imobilizado

		Controladora			Consolidado		
		2019					
		Taxas % anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	2018	2019
Edificações	3,33%	580.188	(257.035)	323.153	331.663	322.698	481.024
Instalações	4% a 50%	1.322.280	(796.297)	525.983	514.972	527.910	517.146
Máquinas e equipamentos	3,33% a 50%	2.576.849	(1.335.623)	1.241.226	1.136.159	1.241.229	1.136.232
Moldes e ferramentas	14% a 50%	2.300.362	(1.663.420)	636.942	572.656	636.942	572.656
Equipamentos de informática	25%	88.378	(70.611)	17.767	20.285	18.059	21.158
Veículos	25%	113.642	(18.914)	94.728	100.325	94.728	100.325
Móveis e utensílios	12% a 17%	32.062	(23.426)	8.637	10.031	8.775	10.241
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	11.718	(9.652)	2.066	2.097	3.234	3.373
Sistemas de comunicação	10%	3.772	(3.646)	126	174	147	214
Equipamentos e materiais publicitários	10%	35.428	(29.245)	6.183	8.134	6.183	8.134
Adiantamento a fornecedores	-	122.754	-	122.754	194.034	123.137	194.418
Direito de uso – Arrendamentos	10%	15.908	(3.231)	12.677	-	157.029	-
Outros	-	46	-	46	46	46	46
		7.203.387	(4.211.100)	2.992.288	2.890.576	3.140.117	3.044.967

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	2.890.576	2.792.425	3.044.967	2.953.042
Adições (a)	683.823	700.235	828.174	700.618
Baixas	(147.633)	(151.788)	(291.984)	(151.788)
Depreciação – direito de uso	(3.231)	-	(8.240)	-
Depreciação – imobilizado	(431.247)	(450.296)	(432.800)	(456.905)
Saldo no final do exercício	2.992.288	2.890.576	3.140.117	3.044.967

- (a) Dentro do valor total de adições de 2019, o montante de R\$ 91.941 não foi pago dentro do exercício, o qual não teve efeito no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia efetuou análise sobre a recuperabilidade de seu ativo imobilizado de acordo com o CPC 01, não identificando indicativos de existência de ativos não recuperáveis, e desta forma, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi constituído.

16 Intangível

	Taxas % anuais de amortização	Controladora				Consolidado	
		2019		2018		2019	2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor Líquido
Softwares	33%	83.178	(80.446)	2.733	2.443	2.733	2.533
Propriedade intelectual	20% a 50%	45.867	(39.019)	6.846	11.971	6.846	11.971
		129.045	(119.465)	9.579	14.414	9.579	14.504

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	14.414	24.025	14.504	24.272
Adições	2.182	217	2.182	217
Amortização	(7.017)	(9.828)	(7.107)	(9.985)
Saldo no final do exercício	9.579	14.414	9.579	14.504

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Nacional				
Terceiros	621.992	825.952	669.624	884.211
Partes relacionadas (nota 19)	82.216	38.382	79.303	38.295
Exterior				
Terceiros	9.772	33.371	9.795	33.474
Partes relacionadas (nota 19)	1.252.051	670.328	1.252.113	670.387
	1.966.031	1.568.033	2.010.835	1.626.367

18 Empréstimos e financiamentos

As modalidades dos empréstimos e suas principais condições são:

	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Controladora			
				2019		2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Intercompany (nota 19)	7,9% a 8,0%	Pré-Fixado	21/05/2019	-	-	795.242	-
ACC	4,3% a 4,4%	Dólar norte-americano	25/09/2020	1.019.215	-	227.949	-
PPE	4,6%	Dólar norte-americano	11/05/2020	160.571	-	287.258	154.992
NCE	4,6%	Pré-fixado	22/05/2020	111.233	-	33.462	104.037
FINIMP	4,2%	Dólar norte-americano	26/06/2020	256.510	-	397.154	-
CAPITAL DE GIRO (4131)	2,7% a 3,2%	Dólar norte-americano	21/06/2019	-	-	102.565	-
BNDES Exim	4,4% a 10,1%	TJLP e/ou pré-fixado	15/05/2019	-	-	54.694	-
BNDES Finem BRL	6,9% a 8,1%	TJLP e/ou pré-fixado	15/02/2024	32.700	102.821	40.809	130.288

Renault do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

				Controladora			
				2019		2018	
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES Engenharia Automotiva	4% a 5,9%	TJLP e/ou pré-fixado	15/09/2020	32.478	-	43.347	32.424
BNDES Finem USD	6,8%	Dólar norte-americano	15/07/2019	-	-	6.139	-
Leasing financeiro	10,1%	Pré fixado	15/02/2024	2.927	10.356	-	-
				1.615.634	113.177	1.988.619	421.741
				Consolidado			
				2019		2018	
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Intercompany (nota 19)	7,9% a 8,0%	Pré-Fixado	21/05/2019	-	-	795.242	-
Leasing financeiro	10,1%	Pré-Fixado	01/04/2046	1.397	170.531	1.264	171.928
ACC	4,3% a 4,4%	Dólar norte-americano	11/05/2020	1.019.214	-	227.949	-
PPE	4,6%	Dólar norte-americano	22/05/2020	160.571	-	287.258	154.992
NCE	4,6%	Pré-fixado	22/05/2020	111.233	-	33.462	104.037
FINIMP	4,2%	Dólar norte-americano	26/06/2020	256.510	-	397.154	-
CAPITAL DE GIRO (4131)	2,7% a 3,2%	Dólar norte-americano	15/05/2019	-	-	102.564	-
BNDES Exim	4,4% a 10,1%	TJLP e/ou pré-fixado	15/02/2024	-	-	54.694	-
BNDES Finem BRL	6,9% a 8,1%	TJLP e/ou pré-fixado	15/02/2024	32.700	102.821	40.809	130.288
BNDES Engenharia Automotiva	4% a 5,9%	TJLP e/ou pré-fixado	15/09/2020	32.478	-	43.347	32.423
BNDES Finem USD	6,8%	Dólar norte-americano	21/05/2019	-	-	6.139	-
Leasing financeiro	10,1%	Pré-fixado	15/02/2024	2.927	10.356	-	-
				1.617.030	283.708	1.989.882	593.668

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos a pagar	Total
Saldo representado em 1 de janeiro de 2019	2.410.360	125.280	-	2.535.640
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	2.785.318	-	-	2.785.318
Pagamento de empréstimos	(3.685.592)	(100.000)	-	(3.785.592)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(97.054)	(241)	-	(97.295)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	(4.047)	(4.047)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(997.328)	(100.241)	(4.047)	(1.101.616)
Outras variações relacionadas com passivos				
Novos arrendamentos	-	-	15.908	15.908
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	1.422	1.422
Recebimento na liquidação de swap	145.708	-	-	145.708
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	156.788	-	-	156.788
Total das outras variações relacionadas com passivos	302.496	-	17.330	319.826
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.715.528	25.039	13.283	1.753.850

Renault do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

	Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos a pagar	Total
Saldo rerepresentado em 1 de janeiro de 2019	2.583.550	125.280	-	2.708.830
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	2.785.318	-	-	2.785.318
Pagamento de empréstimos	(3.685.592)	(100.000)	(1.264)	(3.786.856)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(97.054)	(241)	(17.358)	(114.653)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	(5.310)	(5.310)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(997.328)	(100.241)	(23.932)	(1.121.501)
Outras variações relacionadas com passivos				
Transferência entre grupos	(173.190)	-	173.190	-
Novos arrendamentos	-	-	15.908	15.908
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	20.044	20.044
Recebimento na liquidação de swap	145.708	-	-	145.708
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	156.788	-	-	156.788
Total das outras variações relacionadas com passivos	129.306	-	209.142	338.448
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.715.528	25.039	185.210	1.925.777
	Controladora			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos a pagar	Total
Saldo rerepresentado em 1 de janeiro de 2018	2.717.179	225.541	-	2.942.720
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	1.855.278	-	-	1.855.278
Pagamento de empréstimos	(2.592.546)	(100.000)	-	(2.692.546)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(111.021)	(261)	-	(111.282)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(848.289)	(100.261)	-	(948.550)
Outras variações relacionadas com passivos				
Novos arrendamentos	-	-	-	-
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	-	-
Recebimento na liquidação de swap	195.412	-	-	195.412
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	346.058	-	-	346.058
Total das outras variações relacionadas com passivos	541.470	-	-	541.470
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.410.360	125.280	-	2.535.640
	Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos a pagar	Total
Saldo rerepresentado em 1 de janeiro de 2018	2.891.513	225.541	-	3.117.054
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	1.855.278	-	-	1.855.278
Pagamento de empréstimos	(2.593.689)	(100.000)	-	(2.693.689)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(111.021)	(261)	-	(111.282)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(849.432)	(100.261)	-	(949.693)
Outras variações relacionadas com passivos				
Transferência entre grupos	-	-	-	-
Novos arrendamentos	-	-	-	-
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	-	-
Recebimento na liquidação de swap	195.412	-	-	195.412
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	346.057	-	-	346.057
Total das outras variações relacionadas com passivos	541.469	-	-	541.469
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.583.550	125.280	-	2.708.830

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas restritivas com relação aos volumes e prazos para exportação. Em caso de descumprimento dessas cláusulas, o BNDES poderá exercer o direito de solicitar o pagamento antecipado dos empréstimos. A Companhia acompanha mensalmente o atendimento às cláusulas restritivas e em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estava adimplente com as referidas condições contratuais. Esses contratos estão garantidos por cartas de fiança emitidas por bancos classificados como de primeira linha.

As operações de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira listadas acima estão protegidas de variação cambial por instrumentos financeiros derivativos conforme nota explicativa 30. O cronograma para pagamentos dos empréstimos de longo prazo é conforme abaixo:

Ano	2019	
	Controlada	Consolidado
2024	113.177	113.177
2046	-	170.531
	113.177	283.708

a. Emissão de debêntures

Em 11 de março de 2016 a Renault do Brasil efetuou a 1ª emissão de Debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única no montante total de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), emitidas em 40.000 (quarenta mil) debêntures com valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais) para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 16 (dezesesseis) parcelas trimestrais e consecutivas a partir do 3º (terceiro) mês contado da data de emissão, portanto nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. O último vencimento será em 18 de março de 2020 e remuneradas pela variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs - Depósitos Interfinanceiros de um dia base, 252 dias úteis - 113,5%. O registro das debêntures na CVM ocorreu em 7 de março de 2016.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Controladora			
				2019		2018	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
DEBÊNTURES	4,90%	Pós-fixado	18/03/2020	25.039	-	100.280	25.000

19 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas relacionadas, foram realizadas em condições específicas pactuadas entre as partes que levam em consideração as políticas internas para transações no Grupo e, portanto, poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

	Controladora					Consolidado					
	2019					2019					
	Renault SAS	RBCP	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2018	Renault SAS	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2018
Ativo											
Aplicações financeiras (a)	-	-	-	350.321	350.321	367.491	-	-	350.321	350.321	367.491
Clientes (nota 10)	667.424	13.559	47.094	7.613	735.690	475.011	693.646	46.754	16.166	756.566	487.451
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber (nota 13)	-	94.006	-	-	94.006	112.959	-	-	-	-	-
Total do ativo	667.424	107.565	47.094	357.934	1.180.017	955.461	693.646	46.754	366.487	1.106.887	854.942
Passivo											
Royalties a pagar	63.595	-	-	-	63.595	56.433	63.595	-	-	63.595	56.433
Empréstimos a pagar (nota 18)	-	-	-	-	-	795.242	-	-	-	-	795.242
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	89.253	-	-	68	89.321	16.806	90.640	-	68	90.708	18.467
Sub total	152.848	-	-	68	152.916	868.481	154.235	-	68	154.303	870.242
Fornecedores (nota 17)	1.205.966	3.376	40.089	84.836	1.334.267	708.710	1.205.966	40.151	85.299	1.331.416	709.188
Total do passivo	1.358.814	3.376	40.089	84.904	1.487.183	1.577.191	1.360.201	40.151	85.367	1.485.719	1.579.430
Transações											
Compras	3.407.596	955	87.438	6.121.186	9.617.175	8.350.105	3.407.596	87.438	6.121.186	9.616.220	8.350.087
Royalties	272.105	-	-	-	272.105	283.645	272.105	-	-	272.105	283.645
Despesas Financeiras	83.895	-	-	64	83.959	-	83.895	-	64	83.959	-
Total de despesas	3.763.596	955	87.438	6.121.250	9.973.239	8.633.750	3.763.596	87.438	6.121.250	9.972.284	8.633.732
Vendas e outras receitas	2.491.026	297.760	1.129.731	10.221.465	14.139.982	13.508.004	2.491.026	1.129.731	10.221.465	13.842.222	13.285.914
Receitas financeiras	-	-	-	18.697	18.697	18.509	-	-	18.697	18.697	18.509
Total de receitas	2.491.026	297.760	1.129.731	10.240.162	14.158.679	13.526.513	2.491.026	1.129.731	10.240.162	13.860.919	13.304.423

(a) As aplicações financeiras com partes relacionadas estão assim representadas:

Empresa	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Renault Finance	160	10.947
RCI Banque Brasil	350.161	356.544
	350.321	367.491

As principais empresas ligadas com as quais a Companhia mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), SOFASA (Colômbia), Cormecânica (Chile), Nissan do Brasil.

a. Compras de peças de reposição

As peças de reposição importadas pela Companhia junto às empresas relacionadas, Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, na sua totalidade, vendidas à controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração foi de R\$ 5.671 (R\$ 8.593 em 31 de dezembro de 2018).

A remuneração total é composta por salário, bônus performance e benefícios, considerando as práticas de mercado.

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
IPI	72.925	52.010	72.925	52.010
ICMS a recolher (a)	64.297	70.202	73.472	79.124
Impostos sobre importação	40.216	31.966	40.225	31.980
PIS/COFINS	26.078	20.544	26.325	20.686
IRRF e CIDE sobre royalties	18.704	16.598	18.704	16.598
Parcelamento PERT (b)	11.599	11.599	11.599	11.599
ISS	10.479	8.455	10.783	8.658
IRRF sobre JSCP	12.002	17.393	12.604	17.393
IRRF	19.004	6.884	19.272	7.423
	275.304	235.651	285.909	245.471
Não circulante				
ICMS a recolher (a)	23.971	36.098	23.971	36.098
Parcelamento PERT (b)	104.395	115.994	104.395	115.994
Ajuste a valor presente	(4.264)	(7.090)	(4.264)	(7.090)
	124.102	145.002	124.102	145.002
	399.406	380.653	410.011	390.473

a. ICMS a recolher

A parcela relativa ao não circulante refere-se, substancialmente, ao benefício de dilação do prazo para o pagamento do ICMS a recolher. Esse benefício foi concedido pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 1997 e estendeu-se até abril de 2006, de acordo com os diversos programas vigentes à época. Esse imposto começou a ser pago em 2011 e possui vencimento final em junho de 2022.

Em 2019 foi pago R\$ 11.640 referente as parcelas de janeiro a dezembro de 2005. Em 2018 foi pago o montante de R\$ 9.930, relativo as parcelas de janeiro a dezembro de 2004.

O valor do ajuste a valor presente foi calculado com base em taxas de mercado estimadas à época da transação. Em 2019, a realização do ajuste a valor presente gerou uma despesa financeira de R\$ 2.826 (R\$ 3.325 em 2018), registrada diretamente ao resultado do exercício.

b. Parcelamento PERT - Regime Automotivo

Em 29 de setembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa especial de regularização tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.496. O parcelamento foi devidamente deferido e consolidado pela Secretaria da Receita Federal. A Companhia vinha discutindo judicialmente esta obrigação fiscal, cujo processo, a partir da referida data foi extinto em decorrência da adesão ao PERT, fazendo com que os valores, até então contabilizados na provisão para contingências, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. Os efeitos da renegociação foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração de resultado.

21 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 2.393.893 está representado por ações nominativas sem valor nominal assim distribuídas:

Acionistas	ON	PN	Total	%
Renault SAS	670.331.224.178	137.230.794.915	807.562.019.093	99,92%
Fundo de Desenvolvimento Econômico (PR)	-	614.821.647	614.821.647	0,08%
	<u>670.331.224.178</u>	<u>137.845.616.562</u>	<u>808.176.840.740</u>	<u>100%</u>

a. Dividendos a distribuir

Os dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas ordinários são de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Os acionistas preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos distribuídos aos acionistas ordinários.

Em 2019 a Companhia não efetuou distribuição de dividendos em função da utilização do lucro do exercício para constituição de reserva de subvenção. Ademais, a Companhia ainda possui prejuízos acumulados a compensar antes de seguir com a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

b. Reserva para subvenção de investimentos

Em setembro de 2011 a Companhia firmou um protocolo de intenções com o Governo do Estado do Paraná o qual foi renegociado em 2015. Este protocolo estabelece condições gerais e obrigações mútuas para o desenvolvimento de novos projetos na unidade industrial da Companhia instalada no Paraná.

O referido protocolo previa o cumprimento de contrapartidas que vem sendo renegociadas e readequadas em função das alterações das condições macroeconômicas decorrentes da crise econômica. O Protocolo de Intenções autoriza que as partes efetuem essas adequações em comum acordo. Em Novembro de 2018 a Companhia e o Governo do Estado do Paraná firmaram o Sexto Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções. Este aditivo teve o objetivo de consolidar as obrigações, contrapartidas e benefícios do Protocolo de Intenções 2011 e seus aditivos, além de criar novas condições e obrigações mútuas para o desenvolvimento do projeto de veículos elétricos da Renault em território paranaense. As principais alterações foram a prorrogação do prazo das obrigações mútuas e benefícios, inclusive para veículos elétricos até 2027 e a confirmação das obrigações firmadas e realizadas entre as partes.

Foi constituída reserva para subvenção de investimentos no patrimônio líquido em 2019 no valor de R\$ 84.767 em função da apuração de lucro no exercício (R\$ 279.286 em 2018), bem como a reconstituição de reserva para subvenção no montante de R\$ 150.523 relativos a lucros de exercícios anteriores.

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2019, não houve constituição de Reserva legal em função da existência de prejuízos acumulados.

22 Imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

a. Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	85.879	404.526	90.932	427.769
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	35%	34%
	(29.199)	(137.539)	(30.917)	(145.442)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação				
Resultado equivalência patrimonial	(3.033)	16.036	-	-
Adições e exclusões permanentes, líquidas	(23.995)	112.097	(23.827)	115.083
Imposto de renda a contribuição social	(1.112)	(69.675)	7.477	(92.106)
Outros	(1.059)	(994)	(1.164)	(928)
Provisão para não realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	-	(182)	-	(182)
	-	(9.226)	381	(7.821)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.112)	(60.266)	(6.313)	(84.024)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(9.226)	381	(7.821)
	<u>(1.112)</u>	<u>(69.492)</u>	<u>(5.932)</u>	<u>(91.845)</u>

b. Imposto de renda diferido

Detalhamento da composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisões não dedutíveis	443.448	442.516	509.151	462.681
Tributos com exigibilidade suspensa	38.370	38.370	38.370	38.370
Prejuízo fiscal	1.196.175	1.196.860	1.196.175	1.196.860
Base negativa CSLL	<u>441.365</u>	<u>441.612</u>	<u>441.365</u>	<u>441.612</u>
Imposto de renda diferido ativo	2.119.358	2.119.358	2.185.061	2.139.523
Imposto de renda diferido ativo não registrado	<u>(2.034.971)</u>	<u>(2.034.971)</u>	<u>(2.080.128)</u>	<u>(2.034.972)</u>
Parcela do imposto de renda diferido ativo registrado	<u>84.387</u>	<u>84.387</u>	<u>104.933</u>	<u>104.551</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui R\$ 4.784.700 de prejuízos fiscais e R\$ 4.904.059 de base de cálculo negativa da contribuição social (R\$ 4.787.436 e R\$ 4.906.795 respectivamente, em 2018) para compensação com lucros tributáveis futuros. A Administração da Companhia, com base em estudos e projeções de resultados futuros decidiu por registrar contabilmente a parcela de impostos sobre a renda diferidos para qual há evidência suficiente de que os valores provavelmente serão recuperados dentro de um período razoável de tempo. A Companhia estima que o saldo do imposto de renda diferido ativo contabilizado será realizado substancialmente nos próximos cinco anos, conforme demonstrado abaixo:

Prazo de realização	Consolidado
2020	12.731
2021	22.415
2022	22.467
2023	23.253
2024	<u>24.067</u>
	<u>104.933</u>

23 Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração da Companhia com base na avaliação efetuada por seus advogados, constituiu provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Riscos tributários (a)	240.234	209.109	240.424	209.281
Riscos trabalhistas (b)	48.674	51.896	48.674	53.200
Riscos cíveis e consumidor (c)	40.105	42.693	41.598	42.697
Provisão ABRARE (d)	276.308	139.856	276.308	139.856
Total de riscos	605.321	443.554	607.004	445.034
Depósitos judiciais que não requerem provisão (ativo não circulante)	(470.378)	(450.831)	(470.412)	(450.865)
Provisão para contingências, líquida - passivo	134.943	(7.277)	136.592	(5.831)

As principais provisões podem ser resumidas conforme segue:

- (a) Tributários - discussão a respeito de teses jurídicas sobre incidência ou não de tributos em operações realizadas pela Companhia. Os valores provisionados representam as discussões cuja probabilidade de perda foram avaliadas como “provável” durante o exercício.
- (b) Trabalhistas - discussões sobre procedência ou não de verbas trabalhistas reclamadas por empregados próprios e, por responsabilidade subsidiária, quanto a reclamações de empregados de terceiros.
- (c) Cíveis, discussão sobre cabimento ou não de indenização em rescisões de contratos com concessionárias e fornecedores. Para consumidores as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.
- (d) Provisão Abrare registrada conforme descrito na nota 12, dos quais R\$ 98.292 foram registrados como resultado do trânsito em julgado de 2019 e, o restante da movimentação foi decorrente de provisões mensais e atualizações monetárias dos valores a pagar a Abrare.

a. Processos com probabilidade de perda possível

As contingências de natureza cível, trabalhista e consumidor avaliadas com probabilidade de perda como possível totalizaram R\$ 228.811 (R\$ 158.054 em 2018). As contingências tributárias com probabilidade de perda possível totalizaram R\$ 1.355.780 (R\$ 1.439.641 em 2018). O principal processo que compõe este último saldo corresponde a R\$ 742.072 relativo a discussão da ilegalidade da Instrução Normativa no. 243/02 quanto à aplicação do método PRL 20% e 60% de Preço de Transferência, referente ao ano de 2005. O total de contingências possíveis perfaz R\$ 1.584.591.

b. Movimentação da provisão para contingências

A movimentação da provisão para contingências durante o exercício, líquido dos respectivos depósitos judiciais que requerem provisão, pode ser resumida conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	443.554	126.100	445.034	128.093
Adições	362.209	608.117	363.148	609.393
Baixas	<u>(200.442)</u>	<u>(290.663)</u>	<u>(201.178)</u>	<u>(292.452)</u>
Saldo final	<u>605.321</u>	<u>443.554</u>	<u>607.004</u>	<u>445.034</u>

24 Plano de previdência privada

O plano de previdência privada da Companhia é administrado pela Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada (Fundo), entidade constituída sob a forma de Companhia Civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras.

O Fundo tem como objeto a administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, conforme estabelecido no Regulamento do plano de benefícios, na forma da legislação vigente e trata-se de um plano de benefícios com contribuição definida.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos do Fundo provêm, portanto, de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como, dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

As contribuições ao plano pela Companhia e sua controlada em 2019 representaram cerca de 1,08 % da folha de pagamento (2,20% em 2018), totalizando R\$ 3.133 e R\$ 17, respectivamente (R\$ 2.897 e R\$ 31, respectivamente, em 2018).

25 Participação nos resultados

O Plano de participação nos resultados adotado pela Companhia estabelece a seguinte forma de distribuição:

- **Bônus Performance:** é aplicado para supervisores, gerentes e diretores e é calculado de acordo com o alcance de objetivos coletivos e individuais.
- **Participação nos resultados (PPR):** é aplicado aos demais colaboradores e é definido anualmente através de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e é baseado em indicadores de qualidade, volumes e *market share*.

O valor global provisionado para pagamento de bônus performance e PPR é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bônus Performance e PPR	213.205	197.052	214.830	198.853

Os gastos com participação nos resultados foram contabilizados como despesas e custos com pessoal e estão provisionados na rubrica de Obrigações sociais e previdenciárias.

26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas:				
Mercado interno	13.937.435	12.954.573	14.295.282	13.337.870
Mercado externo	2.731.780	3.271.892	2.831.662	3.374.444
Prestação de serviços	369.155	313.256	373.421	313.257
	17.038.370	16.539.721	17.500.365	17.025.571
Impostos incidentes sobre vendas e outras deduções	(4.025.732)	(3.668.194)	(4.190.173)	(3.839.225)
Receita líquida de vendas	13.012.638	12.871.527	13.310.192	13.186.346

27 Demonstração dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(8.782.723)	(8.652.639)	(8.936.904)	(8.805.940)
Custos e despesas de depreciação e amortização	(438.264)	(460.124)	(439.907)	(466.890)
Custo amortização direito de uso	(3.231)	-	(8.240)	-
Despesas com empregados	(1.133.948)	(1.096.189)	(1.142.954)	(1.106.799)
Despesas com alugueis e estrutura	(60.078)	(55.074)	(59.704)	(54.206)
Despesas com manutenção e prestação de serviço	(408.462)	(305.476)	(415.019)	(309.384)
Despesas com transporte	(632.446)	(490.285)	(567.322)	(521.210)
Despesas comerciais	(903.482)	(784.009)	(931.407)	(797.616)
Impostos, taxas e encargos	(14.135)	(16.846)	(14.232)	(17.045)
Despesas com viagens	(22.509)	(37.845)	(22.946)	(39.246)
Seguros e garantias	(171.675)	(203.249)	(171.675)	(203.263)
Outros custos e despesas	(352.726)	(361.331)	(399.331)	(400.175)
Custo de transformação de veículos	(7.552)	(5.384)	(7.552)	(5.384)
Despesas com royalties	(299.145)	(283.645)	(299.145)	(283.645)
Despesas com honorários profissionais	(11.257)	(12.120)	(11.265)	(12.130)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas (nota 28)	583.032	347.890	602.649	373.963
	(12.558.601)	(12.416.326)	(12.824.954)	(12.648.970)
Custo dos produtos vendidos	(11.112.709)	(10.900.000)	(11.304.913)	(11.083.862)
Despesas com vendas e perda ao valor recuperável	(1.071.517)	(983.371)	(1.099.442)	(996.978)
Despesas gerais e administrativas	(957.407)	(880.845)	(1.023.248)	(942.093)
Outras receitas operacionais, líquidas	583.032	347.890	602.649	373.963

28 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Subvenção para investimentos	320.432	279.286	333.671	293.348
Despesas Rota 2030	(11.740)	(1.018)	(11.740)	(1.018)
Plano de reestruturação de Rede	(1.841)	30.390	(1.841)	30.390
Resultado na venda de ativo imobilizado	35.062	44.745	35.062	44.745
Processo Pis/Cofins (a)	170.820	137.011	170.820	137.011
Provisão para contingências	102.604	(163.425)	109.478	(163.425)
Outras	(32.305)	20.901	(32.801)	32.912
Total receitas operacionais	<u>583.032</u>	<u>347.890</u>	<u>602.649</u>	<u>373.963</u>

- (a) O valor registrado é referente à discussão sobre a exigibilidade da tributação do PIS e da COFINS sobre a parcela do ICMS contida na receita de vendas detalhadas nas notas explicativas 12 e 23.

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	50.613	69.074	55.131	73.199
Resultado em operações de derivativos	8.922	554.300	8.922	554.300
Atualização depósito judicial	12.828	120.301	12.828	120.301
Ganhos cambiais sobre operações financeiras	511.219	418.792	511.223	418.793
Outras receitas	83.839	(122.799)	83.849	(177.917)
Total receitas financeiras	<u>667.421</u>	<u>1.039.668</u>	<u>671.953</u>	<u>988.676</u>
Despesas financeira				
Realização do ajuste a valor presente	(2.826)	(3.325)	(2.826)	(3.325)
Juros sobre empréstimos	(92.078)	(115.129)	(92.078)	(115.129)
Juros sobre arrendamentos	(1.422)	-	(20.044)	-
Resultado em operações de derivativos	(581.727)	(640.002)	(669.776)	(272.856)
Comissões fianças bancárias	(8.187)	(11.025)	(8.187)	(11.025)
Despesas com juros de mora	(776)	(2.504)	(299)	(18.562)
Atualização de provisão Abrare	(7.579)	(58.302)	(7.579)	(58.302)
Juros sobre provisão para contingências	-	(16.224)	-	(16.224)
Juros sobre operações com o controlador	(83.959)	(115.955)	(85.979)	(116.283)
Outras despesas financeiras	(257.599)	(244.943)	(172.849)	(192.418)
Total despesas financeiras	<u>(1.036.153)</u>	<u>(1.207.409)</u>	<u>(1.059.617)</u>	<u>(804.124)</u>
Variação cambial líquida	(8.346)	69.899	(6.642)	74.946
Total resultado financeiro	<u>(377.078)</u>	<u>(97.842)</u>	<u>(394.306)</u>	<u>(259.498)</u>

30 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e sua controlada foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Todavia, as estimativas efetuadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	2019		2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.460.503	1.505.631	2.096.717	2.212.587
Contas a receber de clientes	801.193	843.608	521.327	565.823
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	1.619.958	1.797.917	1.615.118	1.788.308
Empréstimos c/ controladora	-	-	795.242	795.242
Debêntures	25.039	25.039	125.280	125.280
Fornecedores	1.966.031	2.010.835	1.568.033	1.626.367
ICMS e Parcelamento PERT a recolher (nota 19)	124.102	124.102	145.002	145.002
Swap	6.239	6.239	116.984	116.984

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Os principais riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas na condução de suas atividades são:

- (a) **Risco de crédito:** As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com empresas relacionadas, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.
- (b) **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia e sua controlada possuem obrigações e direitos indexados em moeda estrangeira, principalmente referentes às transações com partes relacionadas divulgadas na nota explicativa 19, e empréstimos divulgados na nota explicativa 18.

- (c) **Valor de mercado dos instrumentos derivativos:** A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada pelo departamento de tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e dólar futuro. Tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.
- (d) **Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados, principalmente ao CDI, TJLP e taxas pré-fixadas, por outro lado, a Companhia possui aplicações financeiras vinculadas a derivativos de proteção contratados sob as mesmas taxas de juros, para cobrir tal exposição.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial. Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte. Os instrumentos derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Não houve mudança na exposição da Companhia e sua controlada aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos.

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são conforme abaixo:

		Controladora e Consolidado								
		Valor de referência				Valor justo a receber (a pagar)				
		Indexador 2019		2019		2018		2019		2018
Swap	Parte ativa	Parte passiva	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva
Ativo	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	% do CDI	1.442.536	1.449.072	147.770	147.770	22.607	25.887	(134.603)	54.084
Passivo	% do CDI	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	<u>(1.443.087)</u>	<u>(1.442.833)</u>	<u>(30.786)</u>	<u>(30.786)</u>	<u>(23.158)</u>	<u>(19.648)</u>	<u>78.176</u>	<u>(8.032)</u>
			<u>(551)</u>	<u>6.239</u>	<u>116.984</u>	<u>116.984</u>	<u>(551)</u>	<u>6.239</u>	<u>(56.427)</u>	<u>46.052</u>

b. Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada realizam transações em moeda estrangeira; consequentemente estão expostas às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas estratégias aprovadas por meio da utilização de contratos de swap cambial.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira expostos a riscos de variação cambial pertencentes a Companhia e sua controlada no final do período de relatório são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	2019	2018	2019	2018
<i>(Em milhares de dólares ou euros)</i>				
Dólar norte-americano	970.633	518.458	485.437	249.117
Euros	186.058	99.694	254.967	253.769

c. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e sua controlada ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Controladora e Consolidado			
	2019		2018	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	44.103	145.607	35.346	76.758

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

d. Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dívida bruta	(4.107.116)	(4.544.592)	(4.167.041)	(4.806.828)
Empréstimos e financiamentos	(1.715.528)	(1.615.118)	(1.715.527)	(1.788.308)
Empréstimos c/ controladora	-	(795.242)	-	(795.242)
Debêntures	(25.039)	(125.280)	(25.039)	(125.280)
Fornecedores	(1.966.031)	(1.568.033)	(2.010.835)	(1.626.367)
Impostos	(400.518)	(440.919)	(415.640)	(471.631)
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.460.503	2.096.717	1.505.631	2.212.587
	(2.646.613)	(2.447.875)	(2.661.410)	(2.594.241)
Patrimônio líquido	2.144.621	2.042.461	2.144.621	2.042.461
Endividamento líquido	123,41%	119,85%	124,10%	127,02%

(a) Disponibilidade em tesouraria, depósitos em bancos e aplicações de liquidez imediata.

No que se refere ao índice de endividamento mencionado acima, cabe ressaltar que parte significativa do saldo de fornecedores, no montante de R\$ 1.212.452 referem-se a transações com partes relacionadas. A Administração também tem buscado o aperfeiçoamento de seus índices de alavancagem financeira e endividamento em geral por meio de ações voltadas ao alongamento do perfil da dívida, bem como por meio da obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia e suas controladas, foram discutidas e aprovadas por seus controladores.

e. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado, e também dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm base os dados observáveis de mercado.

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
- Caixa e equivalentes de caixa	(a)	1.460.503	2.096.717	1.505.631	2.212.587
- Contas a receber	(a)	801.193	521.327	843.608	565.823
Passivos financeiros					
Valor justo através do resultado					
- Instrumentos financeiros	2	6.239	116.984	6.239	116.984
Custo amortizado					
- Empréstimos e financiamentos	(a)	1.753.850	2.535.640	1.925.776	2.708.830
- Fornecedores	(a)	1.966.031	1.568.033	2.010.835	1.626.367
- ICMS e Parcelamento PERT a recolher (nota 20)	(a)	124.102	145.002	124.102	145.002

- (a) Os ativos financeiros não derivativos como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado. Os passivos financeiros não derivativos empréstimos e financiamentos, fornecedores, ICMS a recolher, parcelamentos fiscais, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis que se aproximam com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre os níveis.

31 Transações que não envolvem caixa

A Companhia efetuou transações que não envolvem caixa no período que não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixa. Foram estas:

- (i) Aquisições de imobilizado à prazo no montante de R\$ 91.941 em 2019 (R\$ 60.845 em 2018), que não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa nas atividades de investimento de aquisição de imobilizado e intangível, e, nas atividades operacionais de variação de fornecedores;
- (ii) Incorporação direito de uso de arrendamento no valor de R\$ 15.908 na Controladora no Consolidado, referentes à adoção inicial e novos contratos reconhecidos no período. Não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento.
- (iii) Compensação de créditos de PIS e Cofins no montante de R\$ 72.829. Estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa operacional de variação de impostos a recuperar e variação de obrigações tributárias.
- (iv) Reversão de IR sobre JSCP R\$ 17.393, não havendo impacto nas atividades operacionais de variação obrigações tributárias, e, atividades de investimentos de dividendos.
- (v) Reclassificação de leasing financeiro no Consolidado no valor de R\$ 173.190 pela adoção inicial do CPC 06 (R2), não havendo impactos nas atividades de financiamento da Companhia em incorporação de direitos de uso no Consolidado, e tampouco pagamentos dos empréstimos e financiamentos.

32 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia são renovadas anualmente, conforme detalhado abaixo:

- (i) Riscos nomeados, com cobertura contra os riscos de incêndio, raio, explosão, danos elétricos, fenômenos da natureza, derrames de “sprinklers”, tumultos e outros para os prédios, instalações, equipamentos, máquinas, móveis, utensílios, mercadorias e matérias primas em estoque, objetos, tendo, conforme apólice, valor em risco de R\$ 5.974.407.955,71 com limite máximo indenizável de R\$ 3.675.164.352,61. Franquia de R\$ 20.997.000,00 em 2019.
- (ii) Riscos nomeados com cobertura integral ao estoque de produtos acabados, valor em risco de R\$ 1.548.000.800,00 com limite máximo indenizável de R\$ 65.895.000,00 em 2019. Franquia de R\$ 439.300,00.

33 Eventos subsequentes

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus (COVID-19) como pandemia. Desde então, o vírus vem se alastrando rapidamente ao redor do mundo. A Companhia está monitorando de perto todas as evoluções e tomando várias medidas para proteger seus funcionários, seu negócio e suportando medidas e ações sociais.

Visando a proteção de colaboradores a Renault do Brasil flexibilizou as rotinas de atividades, priorizando o flex workplace (teletrabalho), a aplicação de DNT (dias não trabalhados com compensação futura) para colaboradores da produção e férias coletivas, a partir de 1º de abril.

Adicionalmente várias campanhas internas de comunicação com alertas e medidas preventivas estão sendo enviadas periodicamente aos nossos colaboradores. Em relação ao negócio, a Renault do Brasil implementou medidas de contenção de gastos, preservação de caixa e aumento da liquidez.

Apesar das incertezas sobre os possíveis efeitos futuros nas demonstrações financeiras e/ou sobre as estimativas contábeis, estamos tomando todas as medidas possíveis para preservação de nossos colaboradores, negócios e operações.